



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Filosofia

DARÃ MAIA FERNANDES

**A LINGUAGEM E O PROBLEMA DOS UNIVERSAIS:
UMA ABORDAGEM WITTGENSTEINIANA**

Brasília
2024

DARÃ MAIA FERNANDES

**A LINGUAGEM E O PROBLEMA DOS UNIVERSAIS:
UMA ABORDAGEM WITTGENSTEINIANA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Agnaldo Cuoco
Portugal

Brasília
2024

DARÃ MAIA FERNANDES

**A LINGUAGEM E O PROBLEMA DOS UNIVERSAIS:
UMA ABORDAGEM WITTGENSTEINIANA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Filosofia.

Data da aprovação: DD/MM/AAAA

Prof. Dr. Agnaldo Cuoco Portugal — Orientador
Departamento de Filosofia (UnB)

Eric Calheiros de Lima — Membro da Banca
Departamento de Filosofia (UnB)

"Atos linguísticos são atos sociais que uma pessoa intencionalmente direciona a outra (e destaca que está fazendo isso) para direcionar sua atenção e imaginação de maneiras particulares para que uma pessoa faça, saiba ou sinta o que a outra quer. Esses atos funcionam somente se os participantes estiverem equipados com uma infraestrutura psicológica de habilidades e motivações de intencionalidade compartilhada desenvolvidas para facilitar interações uns com os outros em atividades colaborativas. A linguagem, ou melhor, a comunicação linguística, não é, portanto, qualquer tipo de objeto, formal ou não; é antes uma forma de ação social constituída por convenções sociais para atingir fins sociais, baseada em pelo menos alguns entendimentos e propósitos compartilhados entre os usuários."

(Michael Tomasello)

RESUMO

Este trabalho tem como assunto o problema dos universais, que é uma das questões metafísicas de maior relevância na filosofia. Para definir o problema, utiliza-se o guia de introdução à metafísica de Michael J. Loux, que oferece uma formulação de como o problema surge e como o debate se desenvolve, focando em especial nas teorias realistas e nominalistas de universais. Segundo o autor, o problema dos universais nasce a partir da percepção de concordância de atributos, portanto, além de explicar essa noção, as principais teorias acerca dos universais também procuram oferecer formulações que sirvam de base para lidar com o problema da predicação e a referência abstrata. Após a exposição do problema dos universais e das principais respostas ao mesmo, passa-se a uma investigação da teoria da linguagem de Wittgenstein, focada nos conceitos de jogos de linguagem e de semelhança de família. Percebe-se que esses conceitos procuram orientar o entendimento do funcionamento da linguagem com base em seu uso prático, ou seja, seu envolvimento indissociável com as práticas daqueles que utilizam a linguagem para atingir determinados objetivos. Com um entendimento de linguagem baseado na filosofia wittgensteiniana, é possível notar que tanto a formulação quanto as respostas ao problema dos universais adotam uma certa visão linguística que trata cada palavra como um nome, que procura designar o significado das palavras como os objetos aos quais elas se referem. Essa noção contribui para um mal-entendido na base do problema dos universais, a saber, na percepção de concordância de atributos, além de infectar as respostas realistas e nominalistas, que procuram, por meio dos universais ou dos particulares concretos, determinar a referência das palavras. Pretende-se demonstrar que essa tentativa não possui sentido algum caso adote-se a visão de linguagem atrelada ao uso. Como consequência, tanto a predicação quanto a referência abstrata são problemas ilusórios, que apenas se tornam problemas com uma perspectiva de linguagem que toma cada palavra como um substantivo.

Palavras-chave: Problema dos Universais; Concordância de Atributos; Semelhança de Família; Jogos de Linguagem;

ABSTRACT

This paper addresses the problem of universals, which is one of the most relevant metaphysical issues in philosophy. To define the problem, Michael J. Loux's introductory guide to metaphysics is used, the guide offers a formulation of how the problem arises and how the debate develops, focusing especially on realist and nominalist theories of universals. According to the author, the problem of universals arises from the perception of attribute agreement. In addition to providing an account to this notion, the main theories about universals also seek to offer formulations that serve as a basis for dealing with the problem of predication and abstract reference. After presenting the problem of universals and the main responses to it, the focus is shifted towards Wittgenstein's theory of language, paying special attention to the concepts of language games and family resemblance. It is clear that these concepts seek to guide the understanding of the functioning of language based on its practical use, that is, its inseparable involvement with the practices of those who use language to achieve certain objectives. With an understanding of language based on Wittgensteinian philosophy, it is possible to notice that both the formulation and the responses to the problem of universals adopt a certain linguistic view that treats each word as a noun, which seeks to designate the meaning of words as the objects to which they refer. This notion contributes to a misunderstanding at the basis of the problem of universals, namely, in the perception of attribute agreement, in addition to infecting realist and nominalist responses, which seek, through universals or concrete particulars, to determine the reference of words. The aim is to demonstrate that this attempt makes no sense if one adopts the view of language linked to use. As a consequence, both predication and abstract reference are illusory problems, which only become problems with a perspective of language that takes each word as a noun.

Keywords: The Problem of Universals; Attribute Agreement; Family Resemblance; Language Games.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. O PROBLEMA DOS UNIVERSAIS	11
1.1. Realismo	12
1.2 Nominalismo	16
1.2.1 Nominalismo Austero	17
1.2.2 Nominalismo Metalinguístico	20
1.2.3 Nominalismo de Tropos	21
2. LINGUAGEM EM WITTGENSTEIN	25
3. CONSEQUÊNCIAS DO MODELO LINGÜÍSTICO DE WITTGENSTEIN PARA O PROBLEMA DOS UNIVERSAIS	35
CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	45

INTRODUÇÃO

A tese a ser investigada é se os conceitos de semelhança de família e jogos de linguagem de Wittgenstein contribuem para o debate acerca do problema dos universais, seja oferecendo uma resposta ao problema, seja ajudando a perceber o efeito dos pressupostos linguísticos assumidos na formulação e nas respostas ao problema. Para tanto, será necessário definir precisamente qual é o problema dos universais, e as respostas principais dadas a ele, a saber, o realismo e o nominalismo. Pretendo expor os principais pontos a favor dessas escolas de pensamento, bem como alguns de seus problemas, a fim de delinear o que exatamente uma boa resposta ao problema dos universais necessita. Após isso, investigarei o conceito de linguagem trabalhado por Wittgenstein, explorando os conceitos de jogos de linguagem e semelhança de família, para compreender sua tese de linguagem atrelada ao uso. Por fim, retornarei ao problema dos universais, analisando as consequências da visão de linguagem wittgensteiniana para os principais pontos da discussão.

No primeiro capítulo, exponho como o debate acerca dos universais surge, e me dedico a mostrar as principais teorias sobre os universais, primeiro o realismo e após isso, o nominalismo. Nessa análise, me guio pela terceira edição do guia contemporâneo de introdução a metafísica, do filósofo americano Michael J. Loux, onde ele compila os pontos comuns entre as diversas variações de cada tese, identificando quais são os mais relevantes e principais argumentos a favor e contra cada uma. A partir disso, surgem os principais fenômenos com os quais uma teoria de universais tem que lidar: a concordância de atributos, o problema da predicação e a referência abstrata.

A concordância de atributos é o fenômeno que dá origem ao debate, esta acontece quando identificamos duas coisas diferentes que possuem uma mesma característica. Pode-se dizer que dois objetos têm de fato um mesmo atributo, ou na verdade estamos de frente a atributos diferentes, que apenas parecem ser o mesmo? Quando eu digo que há duas coisas azuis, eu poderia dizer que essas duas coisas têm de alguma forma o mesmo azul? Para explicar essa questão, o realismo de universais postula duas categorias ontológicas: os universais e os particulares. Os particulares são coisas únicas, separadas no espaço umas das outras, pode-se pensar em todas as

coisas comuns que há: um pássaro, uma tesoura, uma árvore, um ventilador, etc. Enquanto universais são entidades que podem ser exemplificadas ou instanciadas por vários objetos: a cor azul, a espécie humana, a característica de ser bonito, etc. Dessa forma, há uma hierarquia de generalidade, em que há seres únicos e específicos, e seres que podem aparecer em vários outros. Portanto, diríamos que a concordância de atributos acontece quando vemos dois particulares e estes exemplificam um mesmo universal. Por exemplo, uma caneta azul e um tapete azul, a caneta e o tapete são particulares, ou seja, entidades únicas e separadas, porém a característica de ser azul é explicada dizendo que os dois particulares exemplificam o mesmo universal, a saber, o universal azul. Essa explicação possibilita o realismo de universais responder também ao problema da predicação e da referência abstrata, que são importantes problemas semânticos, dessa forma, o poder explicativo dessa teoria torna-se um ponto importante a se considerar quando a comparamos a outras teorias.

A explicação realista parece bastante intuitiva e direta, mas será que é possível outra explicação? O nominalismo, com o interesse de simplicidade teórica, postula uma teoria apenas com particulares, de forma que não seja necessário postular universais para explicar a concordância de atributo, referência abstrata e predicação. Dessa forma, se o nominalista for bem sucedido, teremos uma teoria com o mesmo poder explicativo da teoria realista, porém com maior simplicidade teórica. As teorias nominalistas são mais variadas em como respondem aos principais problemas relacionados à questão dos universais, por isso veremos três tipos de nominalismo, que, apesar de postularem apenas particulares como classes ontológicas, explicam de forma diferente a questão da predicação, referência abstrata e concordância de atributos. A saber, o nominalismo austero, que rejeita a necessidade de explicar a concordância de atributos, afirmando que essa é apenas um fato básico da realidade, que rejeita a necessidade de ser explicada, e afirma que a predição e referência abstrata possuem correspondência sempre com particulares concretos, e não universais. Por outro lado, o nominalismo metalinguístico, que se difere do primeiro pois afirma que a predicação e referência abstrata se referem a estruturas linguísticas, e por fim o nominalismo de tropos, que postula que a concordância de atributos acontece pois há conjuntos de tropos semelhantes, e que a predicação e referência abstrata fazem referência a estes conjuntos. As especificidades de cada teoria se encontram ao longo do primeiro capítulo.

Após essa exposição, concentro-me nos conceitos do filósofo Wittgenstein sobre a linguagem, em especial os conceitos de jogos de linguagem e de semelhança de família. De forma que após entender o conceito de jogos de linguagem, que explicitam como a linguagem de fato funciona, o problema dos universais e suas respostas comuns parecem estar fundadas sobre certos pressupostos errôneos do funcionamento da linguagem. Os problemas da predicação e da referência abstrata são respondidos tanto por realistas quanto nominalistas de modo que estes assumem uma correspondência entre palavras e coisas, sejam essas coisas universais, estruturas linguísticas, particulares concretos ou conjuntos de tropos semelhantes. Contudo, à luz do conceito de jogos de linguagem, quando analisamos o funcionamento e formação de uma linguagem, não encontramos essa correspondência entre palavras e coisas, mas sim um entrelaçamento entre linguagem e uso. A linguagem nasce das práticas daqueles que fazem uso dela. E analisando como, de fato, as palavras são usadas para essas práticas, e quando consideramos o ensino e o aprendizado do significado das palavras, a forma com a qual os nominalistas e os realistas tentam lidar com a linguagem parece perder o seu sentido. Wittgenstein ainda explicita o conceito de semelhança de família, que me parece ser uma boa maneira de lidar com a percepção de concordância de atributos sem ferir uma concepção de linguagem vinculada à prática. A semelhança de família admite que usamos alguns termos gerais para denominar uma variedade de coisas, mas, não por isso deveríamos considerar esse fato uma evidência a favor de uma resposta essencialista. Ao invés de procurar uma essência que exprime perfeitamente o termo que aplicamos a diversas coisas, o filósofo sugere que as coisas que agrupamos sobre um mesmo termo compartilham de uma semelhança como aquela que membros de uma família demonstram, ou seja, vemos diversas características compartilhadas por uns e não por outros, de forma pouco linear, sendo absurdo procurar apenas uma característica que justifique a associação familiar.

Por fim, passo então a testar cada teoria dos universais explicitada no primeiro capítulo, assumindo o entendimento da linguagem wittgensteiniano. Observando então, o que acontece com cada teoria, a fim de abordar perguntas como: alguma dessas teorias é compatível com a visão de linguagem atrelada ao uso? Como ficam as questões da concordância de atributos, predicação e referência abstrata? Seria toda a questão dos universais um mal entendido? Qual é a vantagem em adotar essa visão de

linguagem, e qual critério faria parecer uma boa ideia descartar teorias tão robustas e relevantes na história da filosofia?

1. O PROBLEMA DOS UNIVERSAIS

As coisas que nos rodeiam, sobre as quais falamos e pensamos, podem ser classificadas e organizadas de inúmeras formas, temos animais, números, cores, materiais, etc. O senso comum nos diz que essas classificações não são arbitrárias, mas sim que estão dizendo de algo que corresponde de alguma forma à realidade: certamente há animais, números e cores, independentemente de nós, seres humanos, existirmos ou falarmos sobre essas coisas. Ora, quando se observam duas canetas, e ambas aparentam ter a mesma cor, nós tendemos a dizer que essas duas canetas, apesar de serem objetos diferentes, de fato, têm a mesma cor. Mas como pode duas coisas diferentes compartilharem uma única característica? Quando percebemos uma correspondência em alguma característica entre duas coisas distintas, chamamos essa percepção de concordância de atributos. É a mesma percepção que acontece quando vemos duas bolas e dizemos que as duas possuem o mesmo atributo de ser esférica, ou duas pessoas corajosas e dizemos que ambas exibem a mesma característica de ser corajoso. Mas quando dizemos que duas canetas possuem a mesma cor, surge a pergunta: o que é uma cor? Ou quando dizemos que duas bolas são esféricas, o que é ser esférico? Essas perguntas aparentemente simples geram várias outras perguntas pouco a pouco mais complicadas, como: se não houver mais bolas no mundo, ainda posso dizer que toda bola é esférica? É possível que algo seja de um formato e de outro ao mesmo tempo?

Há uma relação que se forma, aparentemente, entre coisas únicas e coisas gerais. Como uma caneta é um objeto único, mas ser azul é algo que muitas coisas únicas podem ser ao mesmo tempo. Como explicamos, então, essa percepção de concordância de atributos? Precisamos explicar essa percepção?

As duas linhas de pensamentos mais comuns na filosofia que tentam responder a essa questão são as realistas e as nominalistas. A diferença central entre essas duas teorias é o debate acerca da existência de universais. Ambas as teorias afirmam a existência de particulares concretos, que são as coisas individuais e separadas fisicamente no espaço, exemplos incluem a maior parte das coisas com as quais lidamos na nossa existência. Alguns exemplos de particulares concretos são, um homem, um carro, uma lâmpada, uma árvore, uma estrela etc. Por outro lado, os

universais são propriedades que podem ser exemplificadas por diversos particulares concretos ao mesmo tempo. Exemplos de universais são as cores, as relações entre as coisas, as virtudes, etc. O realismo de universais afirma a existência tanto de particulares concretos, quanto de universais, e explica a concordância de atributos afirmando que os particulares concretos exemplificam ou instanciam os universais. Por outro lado, o nominalista de universais afirma que estes não existem. Na realidade, a concordância de atributos pode ser explicada apenas se referindo a particulares concretos, desta forma, a existência de universais não é necessária para responder nossas questões.

Neste primeiro capítulo, pretendo explorar as respostas comuns oferecidas pelos dois lados do debate, o realista e o nominalista, mostrando os principais argumentos usados para defender suas respectivas explicações. Visto que é necessário entender os principais argumentos e problemas para, mais à frente neste trabalho, analisar se é possível oferecer uma saída para esse debate utilizando da filosofia de Wittgenstein.

Uma vez que o debate sobre os universais é tão longo quanto a história da filosofia ocidental, se faz necessário um recorte específico para representar as posições que me proponho a investigar. Desta forma, utilizarei a terceira edição do livro *Metaphysics, a contemporary introduction* (2006), do filósofo americano Michael J. Loux, para me guiar nesta investigação das principais escolas de pensamento sobre os universais.

1.1. Realismo

O realismo de universais conta com uma distinção importante entre duas categorias de objetos, que serão usados para construir toda sua teoria, são eles os particulares e os universais. Os particulares são coisas únicas e separadas umas das outras no espaço. Alguns exemplos fáceis são este elefante, aquele grampeador, o homem que acabou de sair da sala etc. Enquanto universais são entidades que podem ser exemplificadas por várias coisas ao mesmo tempo, não necessitando de continuidade espacial. Dessa forma, o carro vermelho que passou agora há pouco é um particular, mas “vermelho” é um universal, uma vez que vários carros podem ser vermelhos ao mesmo tempo, além de vários outros objetos que não são carros também apresentarem essa característica de ser vermelho. Sócrates é um particular, homem é

um universal, a padaria da esquina da minha rua é um particular, padaria da esquina é um universal etc. Dessa forma, o entendimento que se faz é que, quando há concordância de atributos, o que está acontecendo no fundo é que vários particulares estão exemplificando um único universal¹.

Essa distinção é a base da teoria realista, o próximo passo é explicitar os diferentes tipos de universais e seu funcionamento. Os realistas propõem os universais poliádicos e os universais monádicos. Os universais monádicos são como os exemplos dados no parágrafo anterior, ou seja, universais que são exemplificados de uma vez separadamente por um ou vários objetos desconexos, como várias bolas têm a mesma forma, ou várias pessoas tem alguma mesma virtude. Por outro lado, os universais poliádicos aparecem quando há uma relação entre particulares diferentes e nos referimos a eles com termos como “ao lado de” ou “pai de”. O universal “ao lado de” apenas aparece quando se têm dois particulares simultaneamente compartilhando esse mesmo atributo, se Raiane está ao lado de Agnaldo, necessariamente Agnaldo está ao lado de Raiane. Os dois particulares, Agnaldo e Raiane, exemplificam o mesmo universal, e esse tipo de propriedade apenas se manifesta quando há dois particulares em relação um com o outro. Apesar disso, nem todos os universais poliádicos são assim, alguns universais poliádicos não são simétricos, mas sempre exigem uma relação: se um particular exemplifica o universal “ser pai de” é necessário que outro particular exemplifique o universal “ser filho de”, um depende do outro para existir, apesar de não exemplificarem o mesmo universal.

Prosseguindo, uma diferenciação comum e importante dentro da classe dos universais monádicos, é entre espécies e propriedades. Quando um particular exemplifica um universal da categoria espécie, ele o faz participando da espécie. Enquanto para exemplificar uma propriedade, basta que ele a possua. Essa distinção é essencial, uma vez que quando um particular faz parte de uma espécie, ele é dessa espécie, enquanto propriedades são apenas modificadores anexados a essa espécie, ou seja, há uma hierarquia entre esses dois gêneros de universais. Para exemplificar um universal de espécie, considere a frase: “Agnaldo é humano.” Nessa frase, Agnaldo

¹ Uma boa formulação dessa distinção é encontrada em *Parmênides*: “[...] há ideias as quais nomeiam coisas que exemplificam elas, como, por exemplo, aquele que exemplifica similaridade, torna-se similar, aquele que exemplifica grandeza, torna-se grande, aquele que exemplifica beleza e justiça torna-se justo e belo? “Certamente,” respondeu Sócrates.” (PLATÃO, 1925, [130d - 131a])

é o particular e humano é o universal que define sua espécie. Já um caso de universal de propriedade seria: “Agnaldo é lindo.” Dessa vez, Agnaldo continua sendo o particular, porém “lindo” é uma propriedade que ele apresenta e não a espécie da qual ele faz parte. Ora, não é difícil ver a diferença em grau de generalidade nesses dois casos: há particulares com a propriedade “lindo” de todas as espécies, porém não há particulares humanos de todas as espécies, apenas da espécie humana.

Com isso em mente, ainda há algumas especificidades a serem expostas. Uma outra distinção importante é a de que há universais mais gerais e menos gerais, mesmo sendo do mesmo gênero. Ou seja, mesmo universais de espécie podem ser mais ou menos gerais entre si. Por exemplo, tanto um ornitorrinco quanto um ser humano demonstram o universal de espécie mamífero. Porém, um ornitorrinco é mais próximo de outro em espécie, pois também apresenta a espécie ornitorrinco. Além disso, os universais também exemplificam outros universais e representam universais de relação entre si. Vários particulares exemplificam o universal amarelo, amarelo, por sua vez, exemplifica o universal mais geral “cor”. Amarelo também entra em relações com outras cores, sendo “mais claro que” o roxo e mais próximo do laranja do que o azul. Dessa forma, as mesmas classificações e especificidades de aplicação de universais a particulares concretos também podem ser aplicadas aos próprios universais.

Em resumo, universais possuem distinções entre aqueles que se manifestam em propriedades, relações e espécies. Dentro das relações, há relações simétricas e assimétricas. Espécies são mais gerais do que propriedades, porém, espécies também apresentam diferentes graus de generalidade entre si. Por fim, não apenas particulares exemplificam universais, mas universais também exemplificam outros universais mais gerais, possuem propriedades e entram em relações entre si.

Apesar de um pouco complicado, esse esquema teórico do realista ainda é razoavelmente sucinto à primeira vista. Agora, o principal ponto que nos resta entender é como esse esquema teórico responde ao problema da predicação e da referência abstrata, que são dois dos principais problemas que uma boa teoria dos universais se propõe a responder. Primeiramente, abordarei o problema da predicação.

Frases com estrutura sujeito-predicado são essenciais para a forma com a qual falamos sobre o mundo. Uma boa fundamentação desse tipo de frase é extremamente importante caso se pretenda entender precisamente o que uma frase significa. Pois bem, tomemos a frase “Sócrates é corajoso” (“Sócrates” é o sujeito, e “corajoso” é o predicado), naturalmente entendemos que há um componente linguístico dessa frase e que este tenta dizer sobre algo no mundo. Com o sujeito desta frase, Sócrates, é claro que se diz de um particular concreto, para garantir o significado deste termo, apenas precisamos verificar se há na realidade esse particular concreto. Porém, como verificamos se, de fato, o resto do conteúdo dessa frase corresponde à realidade? Ora, “corajoso” não parece se referir a um particular concreto, nem a coisa alguma que se encontre no mundo físico. A resposta do realista de universais é que a palavra “corajoso” faz referência ao universal coragem, um universal do tipo propriedade. Desta forma, a frase “Sócrates é corajoso”, tem correspondência com a realidade, o sujeito se refere a um particular e o predicado a um universal, o aspecto linguístico reflete o mundo real.² Com esse raciocínio, toda frase com estrutura sujeito-predicado no fundo está comunicando que um particular ou um universal exemplificam outro universal. Portanto, seria aceitável reescrever a frase usada de exemplo da seguinte forma: Sócrates exemplifica a propriedade de ser corajoso.

A outra grande questão que parece ser satisfatoriamente respondida pelos realistas é a referência abstrata. Sua resposta é bastante parecida com a questão da predicação. Geralmente, referência abstrata é quando o discurso tenta dizer de uma coisa não situada no espaço e tempo, como uma qualidade ou relação. Por exemplo, quando se diz: “vermelho é uma cor quente”. Ao que o termo “vermelho” se refere nesse caso? Tinta vermelha? Uma luz vermelha? Ora, para o realista, essa frase diz claramente do universal vermelho. Portanto, para o realista o que acontece aqui é simples, essa frase se refere a um universal e diz que ele exemplifica um outro universal. Desta forma, quando usamos um termo abstrato no discurso, estamos dizendo de um universal.

Em resumo, o realismo de universais propõe que para explicar o fenômeno da concordância de atributos, precisamos postular uma ontologia com duas categorias de

² Esse entendimento possui bastante peso filosófico, uma vez que o realista de universais “[...] não consegue conceber como proposições contendo predicados primitivos poderiam dizer fatos sobre o mundo” (DONAGAN, A. 1963, p.217)

ser: o universal e o particular. Os atributos de particulares diferentes concordam entre si pois exemplificam um mesmo universal. A verificabilidade da predicação pode ser explicada também por universais e particulares, uma vez que uma frase do tipo sujeito-predicado corresponde a ao fato de um particular exemplificar um universal. E no caso da referência abstrata, se está dizendo de um universal que exemplifica outro universal.

Vale dizer que esta foi uma explicação genérica das bases da teoria realista de universais, há uma grande variedade entre diferentes teorias mesmo dentro do realismo. Há realistas que defendem infinitos universais, realistas que defendem um filtro maior antes de definir algo como sendo um universal, também há discussões sobre a realidade não material dos universais, e como nós, seres materiais presos no espaço tempo, podemos ter acesso aos universais, além de muitas outras questões abordadas ao longo da história da filosofia. Porém, não entrarei em detalhes nessas questões, uma vez que não será necessário fazê-lo para a análise das respostas à questão dos universais propostas pelo realismo e pelo nominalismo, com base nos conceitos wittgensteinianos que irei propor.

Estabelecidas as respostas a concordância de atributos, predicação e referência abstrata oferecidas pelo realismo, passamos agora à análise da teoria nominalista, onde encontraremos respostas que procuram lidar com os mesmos problemas, porém por caminhos diversos.

1.2 Nominalismo

Ao contrário da ontologia proposta pelo realismo, o nominalismo nega a existência de universais. A principal motivação por trás dessa negação é a defesa de que simplicidade é uma virtude desejável para uma teoria. Independente de defender ou não essa motivação, é fácil consentir que entre duas teorias que expliquem os principais problemas que estamos tratando, caso uma o faça postulando uma ontologia com menos categorias, a teoria mais complexa ontologicamente certamente precisaria encontrar um bom motivo para não ser descartada. A teoria nominalista faz justamente o esforço de explicar a concordância de atributos, a predicação e a referência abstrata, postulando apenas a existência de particulares concretos.

Apesar de haver várias especificidades dentro das teorias realistas, é possível, como feito no tópico anterior, expor a base comum da qual elas partem, sem necessidade de entrar em versões diferentes da teoria para entender as respostas aos principais problemas respondidos por ela. Enquanto isso, a teoria nominalista possui vertentes que divergem mais radicalmente umas das outras. Por isso, apesar de terem em comum o fato de afirmarem apenas a existência de particulares concretos, suas respostas às questões de concordância de atributo, predicação e referência abstrata divergem tanto entre si que se torna necessário expor separadamente suas propostas teóricas. Ainda seguindo o guia metafísico de Loux, comentarei três tipos de nominalismo, o austero, o metalinguístico e o de tropos.

O nominalismo austero afirma que a predicação e referência abstrata são formas de falar sobre particulares, mesmo que à primeira vista esse não pareça ser o caso. O nominalismo metalinguístico, por sua vez, diz que estas são formas de falar sobre elementos da linguagem, que são relevantes enquanto desempenham uma função dentro de seu contexto linguístico. Por fim, o nominalismo de tropos postula que há conjuntos de tropos semelhantes, e é a esses que nos referimos quando usamos referência abstrata e predicação. Ainda há algumas diferenças relevantes em como estes tratam a concordância de atributos, entrarei em detalhes mais adiante, nos tópicos referentes a cada teoria.

1.2.1 Nominalismo Austero

O nominalismo austero pode ser considerado a forma mais extrema da teoria. Pode-se dizer que essa é a variação que mais está preocupada com o princípio da simplicidade teórica. Por isso, a teoria faz a tentativa de explicar todo uso de universais apenas com particulares concretos e, em grande parte, sem apelar para algum outro grande mecanismo teórico.

Como já dito anteriormente, nessa teoria não é admitida a existência de universais, como ela explica então a concordância de atributos? O nominalismo austero afirma que a concordância de atributos é um elemento primitivo, irreduzível da natureza.³ Dessa forma não depende de passos anteriores para se demonstrar e nem

³ Essa visão pode ser vista, por exemplo, em Quine: “Que as casas e as rosas e o pôr do sol são todos vermelhos, pode ser tomado como final e irreduzível, e pode ser defendido que SrX não tem

precisa de explicação para ser aceita. Para defender essa proposta, o nominalista apenas diria que a teoria realista já faz o mesmo tipo de afirmação, apenas em um passo diferente de sua teoria. Com efeito, as explicações do realista também acabam em um certo ponto, por exemplo, após dizer que um particular exemplifica um universal não composto por outros universais, o realista toma por satisfeito sua empreitada e não desperdiça esforços teóricos para explicar o que estaria por trás de um universal básico. Por exemplo, quando dizemos que várias coisas possuem a propriedade de ser azul, o realista diria que isso acontece, pois vários particulares concretos podem exemplificar um mesmo universal, nesse caso, o universal azul. Em seguida, podemos ainda especificar mais o universal azul, dizemos que ele exemplifica o universal cor. A partir daí, o realista se daria por satisfeito, pois o universal cor, aparentemente, é universal suficientemente geral, de forma que dispensa mais explicações. Ora, o que o nominalista austero propõe é apenas que, antes de percorrer esse caminho, quando nos deparamos com um caso de concordância de atributos, digamos que esse é um fato geral, primitivo, irredutível da existência, que não precisa ser explicado e não pode ser decomposto em outros fatos. Apesar dessa proposta não ser intuitiva, parece ser verdade que ela não se compromete mais do que a explicação realista, visto que também poderíamos não aceitar o ponto de parada proposto nos universais, e estaríamos fadados a um regresso infinito a universais mais gerais. Partindo dessa visão da concordância de atributos do nominalista austero, nos resta entender como ele responde ao problema da predicação e da referência abstrata.

O problema da predicação é respondido de forma bastante direta pelo nominalismo austero. Este diria que frases com estrutura sujeito-predicado têm seu significado porque as coisas no mundo são de uma certa maneira que corresponde com o que essas frases dizem. Ou seja, "Sócrates é corajoso", é uma frase bem formada e passível de verificação se ela comunica de um particular concreto, nesse caso, Sócrates, e, em segundo lugar, se a coisa que essa frase diz sobre esse particular concreto é, de fato, o caso no mundo, ou seja, se ele realmente é corajoso. O que torna verdadeira a frase "Sócrates é corajoso", é o fato de Sócrates ser corajoso. Dessa forma, a teoria nominalista atende ao requisito de verificar frases com estrutura sujeito-predicado, uma vez que o sujeito se refere a um objeto no mundo, e o predicado

vantagem no quesito de potencial explanatório ao postular entidades ocultas que ele subsume pelo termo "vermelhidão".(QUINE, 1963, p.10, tradução nossa)

nos diz que uma certa característica é demonstrada na realidade por esse objeto. Portanto, há uma correspondência entre linguagem e mundo, na qual a forma que as coisas são no mundo confere valor de verdade para a linguagem.

A simplicidade da teoria nominalista começa a ter problemas maiores quando tenta explicar a referência abstrata. Quando se tem uma frase como “azul é uma cor fria”, o realista diz que, de acordo com essa frase, azul é um universal que exemplifica o universal cor fria. Ora, como o nominalista pode justificar esse tipo de frase sem postular universais? O nominalista diz que, no fundo, quando se tem uma frase que aparenta ser sobre universais, ela é sobre particulares concretos. Então “azul é uma cor fria” significa algo que pode ser dito mais claramente como “coisas azuis têm cor fria”.⁴ Ou seja, a frase seria convertida para termos que especificam particulares concretos. O problema que acontece é que essa conversão é muito difícil ou aparentemente impossível em alguns casos. Por exemplo, com a frase “coragem é uma virtude”, teríamos de converter essa frase para “pessoas corajosas são virtuosas”, porém é bastante fácil perceber que o que é dito nas duas frases não parece ser a mesma coisa, facilmente poderíamos encontrar uma pessoa corajosa que não consideremos virtuosa, mas isso não faria com que a coragem deixasse de ser uma virtude. Também podemos tomar como exemplo uma frase como “Agnaldo gosta mais de amarelo do que de vermelho”. De acordo com a teoria nominalista a frase está dizendo algo como: Agnaldo gosta mais de objetos amarelos do que de objetos vermelhos. Porém, novamente, é fácil imaginar a possibilidade que Agnaldo diz que gosta mais da cor amarela do que a cor vermelha, porém pode gostar mais de objetos vermelhos do que de objetos amarelos, uma vez que se pode gostar de objetos por vários motivos que não sua cor. Para resolver essa dificuldade, a proposta mais fácil seria a de adicionar uma condição antes da conversão dessas frases, uma condição como *ceteris paribus*⁵. Ou seja, nossa frase anterior tenta dizer algo como: considerando todas as outras possíveis variáveis constantes, Agnaldo gosta mais de objetos amarelos do que vermelhos. Esse mecanismo parece funcionar, porém, sem

⁴ Para um desenvolvimento cuidadoso dessa visão nominalista, pode-se observar Quine: “Podemos dizer, por exemplo, que alguns cachorros são brancos e não nos comprometer com reconhecer “ser branco” e “ser cachorro” como entidades. “Alguns cachorros são brancos” diz que algumas coisas que são cachorros são brancos; e, para que essa proposição seja verdadeira, as coisas que a variável ligada “algo” inclui deve envolver alguns cachorros brancos, mas não precisa incluir “ser cachorro” nem “ser branco”.”(QUINE, 1963, p.10, tradução nossa)

⁵ *Ceteris paribus* é uma expressão em latim que significa “todo resto constante” ou “todas as outras variáveis constantes”.

dúvidas, torna a linguagem muito mais confusa e não parece corresponder totalmente com o que nós dizemos normalmente. Além disso, o mecanismo *ceteris paribus*, por si mesmo é uma parte extra na teoria, um recurso irreduzível, que não pode ser decomposto, assim como a concordância de atributos. Uma vez que, para tornar perfeitamente claro o uso deste mecanismo, seria necessário especificar cada uma das condições que devem ser inalteradas para que a frase dita tenha sentido.

Parece que seguindo o caminho do nominalismo austero, portanto, temos menos categorias ontológicas, e temos uma explicação sucinta, senão trivial, para o problema da predicação, porém temos uma resposta bastante complexa e pouco intuitiva para a questão da referência abstrata. Tentando adotar uma explicação que suprima esses problemas, o nominalismo metalinguístico tenta responder de outra forma a questão da referência abstrata.

1.2.2 Nominalismo Metalinguístico

Encarando a dificuldade explicativa que a teoria do nominalista austero produz, o nominalista metalinguístico tenta lidar com os problemas originados de dizer que a referência abstrata é no fundo referência a particulares concretos. Ele o faz dizendo que referência abstrata é uma forma de falar sobre linguagem, e não sobre objetos não linguísticos. Por conta dessa proposta, a predicação também tem uma resposta diferente. Tomando o exemplo “Sócrates é corajoso”, ainda postulamos o particular concreto Sócrates, porém, a predicação nesse caso, ao invés de se referir ao universal coragem, se refere ao dispositivo de linguagem que permite conectar a palavra “corajoso” a um sujeito. Ao invés do universal corajoso, temos o adjetivo corajoso.

Essa diferenciação, especialmente em oposição ao nominalismo austero, é mais clara quando se diz da referência abstrata. Tomemos a frase “coragem é uma virtude”. Para o realista, coragem e virtude são termos que correspondem a universais, para o nominalista austero, coragem e virtude são termos que se referem a particulares concretos que têm essas características, para o nominalista metalinguístico, coragem e virtude se referem a termos linguísticos.⁶ Portanto, poderíamos converter de forma

⁶ “[...] é tão legítimo e, de fato, verdadeiro afirmar que “Em alemão, a palavra “und” significa “e”” quanto dizer que “Em alemão, a palavra “rot” significa “vermelho””; e é claro que “und” tira seu significado não de um processo de associação com uma conjuntura ou uma classe de objetos unidos,

apropriada a frase para algo como “coragem é um predicado do tipo virtude”. E o que dá valor de verdade a essa frase é o fato dela se referir de forma apropriada às estruturas da linguagem da qual participam, ou seja, o termo “coragem” pode ser conectado corretamente ao termo “virtude”.

O que se pode concluir é que, tanto para o realista quanto para o nominalista austero, há uma presunção de que termos abstratos têm uma correspondência com uma realidade não linguística. No caso do realista, com universais, no caso do nominalista, com particulares concretos. Porém, o nominalismo metalinguístico postula que a referência utilizando termos abstratos é correspondente apenas com a linguagem. Dessa forma, uma frase com sujeito-predicado, ou uma frase que faça referência abstrata, são verificáveis caso respeitem propriamente a estrutura da linguagem.

No final das contas, esse tipo de nominalismo está ainda comprometido apenas com a existência de particulares concretos, e a linguagem é uma ferramenta adicional que explica os tipos de frases que estamos tratando. Ontologicamente ainda postulamos apenas particulares concretos, porém, novamente, criamos uma complexidade bastante alta, que deve analisar as estruturas da linguagem e lidar com problemas como os da tradução entre diferentes idiomas, uma vez que linguagens diferentes possuem regras de uso diferentes das palavras. Além disso, essa teoria parece tentar explicar o significado das palavras de forma completamente interna à própria linguagem, ou seja, não seria necessário considerar o mundo, nem aqueles que utilizam a linguagem, nem coisa alguma a mais, o que teria consequência impactantes para toda a filosofia e iria contra algumas das noções que estavam sendo tomadas por dadas inicialmente em todas as outras teorias.

1.2.3 Nominalismo de Tropos

O nominalismo de tropos, ou teoria de tropos, possui uma abordagem diferente das outras teorias nominalistas, uma vez que aceita uma certa complexidade inicial

mas sim por seu uso com outros símbolos de acordo com regras sintáticas familiares. (SELLARS, 1991, p.314, tradução nossa)

maior, com a pretensão de que o resto da teoria decorra mais facilmente. Nesse sentido, a teoria de tropos pode soar como um meio termo entre o realismo e o nominalismo austero, a saber, é uma teoria que ainda rejeita universais, porém não é tão comprometida com a simplicidade teórica inicial.

A teoria dos tropos é uma forma de adotar um nominalismo que oferece ainda uma explicação à concordância de atributos. Uma vez que o nominalista austero nos diz para apenas considerar a concordância de atributos como um fato básico da existência, que não exige explicação, o nominalista de tropos acredita que com um mecanismo a mais em sua explicação, a saber, os tropos, tem-se uma teoria capaz de explicar a concordância de atributos e abordar mais facilmente as outras grandes questões dos universais. Certo, mas como ela faz isso sem postular universais?

O nominalismo de tropos continua apenas postulando a existência de particulares concretos, e afirma que não há propriedades que são exemplificadas por mais de um particular ao mesmo tempo. Desse modo, é admitido, por exemplo, que duas camisas são vermelhas, mas é dito que cada camisa tem necessariamente um vermelho específico e individual. Ou seja, ao invés de um único universal exemplificado em duas instâncias, têm-se atributos particulares, exclusivos a cada instância. Esses atributos particulares que compõem particulares concretos são chamados de tropos. Ou seja, são de fato coisas na realidade às quais podemos nos referir independente de particulares concretos, assim como os universais, porém, diferente dos universais, cada tropo é individual, portanto, não pode ser exemplificado por várias outras entidades ao mesmo tempo. Ao entendermos estes atributos como tropos, além de ainda podermos falar sobre eles independentemente de seus particulares, também temos uma explicação para a percepção de concordância de atributos. Ou seja, quando detectamos particulares concretos que concordam em atributo, isso acontece pois os que detectamos, apesar de serem diferentes, são tropos semelhantes. Dessa forma, um atributo é semelhante a outro no mesmo sentido em que duas pessoas têm o mesmo tênis, entende-se que, em última instância, cada propriedade é absolutamente individual e apenas existe no particular concreto, porém é admitido que essas propriedades são de fato semelhantes entre si. Apesar de parecer uma boa explicação, não parece que saímos muito do lugar, inicialmente percebemos a semelhança de atributos entre diferentes objetos, e nos perguntamos o que explica

isso, ora, ao responder que isso acontece, pois, esses atributos são tropos semelhantes, poderíamos retomar a pergunta, como se explica a semelhança entre dois tropos?

Para responder essa pergunta, a teoria de tropo utiliza a noção de conjuntos. Os conjuntos são diferentes de universais de uma forma essencial, sua condição de identidade é outra, mais precisa do que a dos universais. A identidade de um conjunto depende diretamente dos membros que o constituem, de maneira que se um conjunto e outro possuem os mesmos membros, estes são considerados o mesmo conjunto. Enquanto dois universais diferentes podem ser exemplificados exatamente pelos mesmos particulares e ainda serem universais distintos.

O benefício de admitir conjuntos em uma teoria de universais é bem claro, uma vez que os conjuntos possuem condições mais definidas de identidade, sendo definidos exatamente por todos os membros que os constituem. Além disso, a teoria de conjuntos é uma disciplina amplamente estudada na lógica e na matemática, de forma que seu funcionamento e regras são bastante desenvolvidos. Admitindo os conjuntos, é possível dizer que a predicação e a referência abstrata se referem a conjuntos de tropos semelhantes. Há uma correspondência entre discurso e realidade praticamente tão direta e simples quanto a que o realista postula.

Em outras palavras, uma frase como “Sócrates é corajoso”, seria entendida como Sócrates sendo o particular concreto, e corajoso correspondendo a uma característica individual que pertence ao conjunto de tropos corajoso semelhantes. Dessa forma, de fato dois particulares não possuem um mesmo universal, e sim um tropo único que faz parte de um conjunto que inclui outros tropos semelhantes a este. Nesse mesmo sentido, a referência abstrata seria uma maneira de se referir ao conjunto de tropos semelhantes, ou seja, “coragem é uma virtude”, está dizendo que o conjunto coragem se encontra dentro do conjunto virtude. O conjunto coragem é composto por todos os tropos individuais de coragem, enquanto o conjunto de virtude é composto por todos os tropos de virtude que o constituem.

Dessa forma, o nominalista austero afirma que quando se diz de predicação e referência abstrata, se está no fundo dizendo de particulares concretos, o nominalista metalinguístico, por outro lado, afirma que se está dizendo de estruturas linguísticas,

por fim, o nominalista de tropos postula que se diz de conjuntos de tropos semelhantes. Todos esses tipos de nominalismo rejeitam os universais, mas cada um explica ou rejeita a necessidade de explicação de cada problema de forma diferente.

Algo que passa despercebido em grande parte, porém, é a própria concepção de linguagem adotada nessas teorias, uma vez que a maior parte delas assume que deve estabelecer uma ligação entre linguagem e objetos para justificar a verificabilidade da predicação e da referência abstrata. Ao explorar a concepção de linguagem de Wittgenstein, como indissociável do uso, acredito que poderemos ver todo o problema dos universais com novos olhos, que enxergam pressupostos sobre o significado das palavras que não condizem com a realidade da linguagem humana.

2. LINGUAGEM EM WITTGENSTEIN

A predicação e a referência abstrata são questões semânticas. Ou seja, no fundo, qualquer conjectura sobre estes temas diz respeito ao significado das palavras e sentido das proposições. Algo que está implícito na resposta a estes problemas, tanto no lado realista quanto no lado nominalista, é a ideia de que as palavras nomeiam objetos. No caso do realista, o termo tem significado porque se refere, ou a um particular concreto, ou a um universal. No caso do nominalista austero, assume-se que toda palavra se refere, em última instância, a um particular concreto. O nominalismo linguístico diz que as palavras apontam para outras palavras, e o nominalismo de tropos diz que as palavras apontam para conjuntos de tropos semelhantes. Dessa forma, com exceção do nominalismo linguístico, entende-se que nas explicações expostas sobre o problema dos universais, assume-se uma certa visão de como a linguagem funciona, uma visão que endossa uma correspondência entre palavras e coisas, como se cada palavra fosse um substantivo. É pressuposto que, para garantir o significado das palavras, precisamos encontrar algo no mundo para o que possamos apontar ao dizer uma palavra, ou pelo menos, oferecer uma boa explicação de para o que a palavra aponta, caso não seja algo físico no mundo. As teorias dos universais apresentadas fazem justamente isso, postulando universais ou não. Porém, será que essa visão do significado das palavras é a mais apropriada? O que acontece com as teorias dos universais caso adotemos outra visão de linguagem?

Pretendo investigar neste capítulo a visão da linguagem apresentada por Wittgenstein em seus trabalhos tardios, especificamente no *Livro Azul* (2016) e nas *Investigações Filosóficas* (1999). Visto que há uma abundância de ideias em suas obras, pretendo me ater a dois conceitos chaves: os jogos de linguagem e a semelhança de família. A partir destes dois conceitos, teremos um novo entendimento sobre a linguagem, e então voltaremos ao problema dos universais para ver se encontramos uma nova saída.

Para Wittgenstein, o entendimento da palavra como algo que corresponde a um objeto, é, na verdade, um grande mal entendido. O filósofo entende que, a rigor, a linguagem deve ser entendida como completamente indissociável de seu uso prático. E que quando investigamos as práticas em que a linguagem está inserida, ganhamos um

entendimento mais completo e acurado de o que vem a ser o significado das palavras e sua relação com a realidade. Visto que o autor possui uma concepção bastante não convencional da linguagem, sua exposição é demasiado diferente do que se espera de uma tese filosófica, dessa forma se faz necessário um percurso pouco linear para compreender suas ideias.

Desse modo, proponho que, de início, sigamos a proposta de método investigativo do filósofo usado para pensar o que é o significado de uma palavra, descrita no *Livro Azul*: “Vamos abordar essa questão perguntando, antes, o que é a explicação do significado de uma palavra, como é a explicação de uma palavra?” (WITTGENSTEIN, 2016, Ts-309,1, tradução nossa). O filósofo afirma que essa pergunta nos ajuda assim como a pergunta “como medimos um comprimento” nos ajuda a compreender o problema “o que é o comprimento?” (IDEM). A proposta de mudança no tipo de pergunta não é uma tentativa de fuga do assunto, e sim uma tentativa de escapar precisamente de uma concepção de linguagem que não nos dá respostas claras. Ou seja, quando perguntamos o que é o significado de uma palavra, temos a tentação de relacionar essa palavra com um objeto, apontando para algo. Porém, ao fazer isso com a palavra “comprimento”, por exemplo, não temos um objeto para o qual apontar. Ao invés disso, respondemos como medir o comprimento de algo, e para que serve essa medição. O mesmo tipo de resposta, aplicada à própria significação das palavras, nos trará respostas mais elucidadas do que a tentativa de apontar para algo como definição da palavra “significado”.

Assim, vejamos um exemplo do uso de palavras oferecido pelo autor, no que ele chama um jogo de linguagem e prestemos atenção no que isso nos diz sobre o significado das palavras:

Pense agora no seguinte emprego da linguagem: mando alguém fazer compras. Dou-lhe um pedaço de papel, no qual estão os signos: “cinco maçãs vermelhas”. Ele leva o papel ao negociante; este abre o caixote sobre o qual encontra-se o signo “maçãs”; depois, procura numa tabela a palavra “vermelho” e encontra na frente desta um modelo da cor; a seguir, enuncia a série dos numerais - suponho que a saiba de cor - até a palavra “cinco” e a cada numeral tira do caixote uma maçã da cor do modelo. - Assim, e de modo semelhante, opera-se com palavras. - “Mas como ele sabe onde e como procurar a palavra “vermelho”, e o que vai fazer com a palavra “cinco”?” - Ora, suponho que ele aja como eu descrevi. As explicações têm em algum lugar um fim. - Mas qual é a significação da palavra “cinco”? - De tal significação nada foi falado aqui; apenas, de como a palavra “cinco” é usada. (WITTGENSTEIN, 1999, p.28)

Essa citação descreve uma ordem e uma ação que se segue a partir desta. Com este exemplo, concluímos que, tanto a pessoa que executou a ordem de comprar as maçãs, quanto o negociante possuem um entendimento adequado das palavras envolvidas no cumprimento desta ordem. De fato, o negociante pegou a fruta certa, e a quantidade certa de frutas, e o comprador levou as maçãs de volta a quem deu a ordem. O fato aqui exposto, é que, ao analisar uma operação que usa a linguagem, percebemos claramente quem entendeu o significado das palavras envolvidas nessa ação, e percebemos isso pois encontramos ações que combinam com o esperado. Em nenhum momento, neste exemplo, foi necessário se perguntar sobre o significado da palavra maçã, nem do número cinco. Esse tipo de situação, em que se opera com símbolos para realização de uma prática, é o que o autor chama de jogo de linguagem.

“Quando analisamos essas formas simples de linguagem [...] vemos atividades e reações que são claras e transparentes.” (WITTGENSTEIN, 2017, Ts-309,26, tradução nossa) Pensar na linguagem como algo fora da sua prática, segundo Wittgenstein, é o que cria uma série de problemas, enquanto se pensarmos na linguagem como entrelaçada profundamente com a prática, vemos uma possível saída. Ao prestar atenção em como explicamos as palavras e para o que as usamos, ou seja, observando na prática o uso da linguagem, entendemos quando dizemos que alguém possui ou não o entendimento do significado de uma palavra. Não é necessário apontar para um objeto específico para garantir o significado de uma palavra.

Apesar de, no exemplo provido, percebermos que os envolvidos tinham o conhecimento do significado das palavras utilizadas, a explicação dos jogos de linguagem é entrelaçada com o próprio aprendizado das palavras. “Dissipa-se a névoa quando estudamos os fenômenos da linguagem em espécies primitivas do seu emprego, nos quais se pode abranger claramente a finalidade e o funcionamento das palavras.” (WITTGENSTEIN, 1999, p.29) O processo de aprendizagem de palavras acontece por uma espécie de treinamento, no qual se aponta para uma coisa e se pronuncia uma palavra. Para ensinar a alguém o uso da palavra “folha”, podemos mostrar várias folhas diferentes e emitir um mesmo som verbalmente, depois disso verificamos se esta pessoa compreende o significado da palavra quando é dada uma ordem a essa pessoa envolvendo essa palavra e se tem o resultado esperado. Wittgenstein argumenta que os jogos de linguagem são a forma pela qual se ensina a

linguagem, porém, também são formas primitivas de linguagem, que não são diferentes da nossa linguagem cotidiana complexa. Dessa forma, a vantagem de analisar o uso de linguagem por essa perspectiva é de ver mais facilmente o propósito, uso e explicação das palavras.

Há uma tentação por explicações ostensivas que nos atrapalha a considerar essa visão da significação oferecida pelo filósofo. Há uma tendência a recusar uma definição que não seja totalizante, por isso procuramos algo que defina exatamente uma palavra e que não sirva de definição para nenhuma outra. O problema é que, na prática, não é assim que as palavras funcionam, o significado das palavras pode perfeitamente ser diferente em diferentes contextos, e isso não é um problema, desde que as palavras sirvam para realização das práticas com as quais se interliga, nada mais importa. Há, portanto, palavras que podem ter uma definição rígida e completamente precisa, que não deixa dúvida alguma, porém, isso só acontece, em última instância, de acordo com seu uso.

Uma vez que esta visão do significado das palavras não é a mais intuitiva filosoficamente falando, parece ser necessário apresentar mais distintamente algumas possíveis contraposições a essa visão, e algumas especificidades que Wittgenstein oferece. Poderíamos, por exemplo, fazer uma confusão com uma visão mentalista de linguagem. Ou seja, poderíamos argumentar que o significado de uma palavra, uma vez que foi aprendida por seu falante, está contida em sua mente, como uma imagem mental. Diríamos que os símbolos não têm de fato nenhuma importância por si só, porém ganham vida ao se associar com uma imagem mental daquele que fala, ou lê etc. Porém, é muito fácil imaginar operações com símbolos que não dependam de imagens mentais, podemos, por exemplo, utilizar uma foto. Se peço para alguém me trazer uma caneta azul, porém esta pessoa não tem uma imagem mental nem do que venha a ser uma caneta nem de como se parece a cor azul, posso dar a essa pessoa uma folha de papel com um desenho de uma caneta, e uma amostra da cor azul. Diríamos então que o que dá significado à expressão caneta azul é essa folha de papel com desenhos e cores? Ou talvez o desenho seria o significado? De toda forma, não precisamos de uma imagem mental para garantir o significado das palavras "caneta" ou "azul".

Ainda no interesse de tornar clara a visão de linguagem do filósofo, enquanto também trazendo pouco a pouco a exposição mais próxima aos temas metafísicos trabalhados anteriormente, irei orientar os próximos passos dessa descrição pelo que o autor diz que é a principal dificuldade que enfrentamos ao tentar adotar essa perspectiva de linguagem: o desejo de generalidade. Esse desejo é justamente o que nos leva a associar palavras com coisas e procurar formular definições ostensivas onde estas não se encaixam. No *Livro Azul*, Wittgenstein afirma que o desejo de generalidade surge de diferentes confusões filosóficas, as mais relevantes a este trabalho são a “tendência para procurar algo de comum a todas as entidades que geralmente subsumimos num termo geral” e a “preocupação com o método da ciência.” (WITTGENSTEIN, 2016, Ts-309,28, tradução nossa).

A primeira tendência parece ser justamente o que tenho descrito neste trabalho como a percepção da concordância de atributos. Percebem-se várias coisas para as quais usamos um mesmo termo, e então tenta-se definir esse termo procurando sua essência. Ou seja, percebemos que aplicamos um termo comum a várias coisas, e então tentamos procurar o que todas essas coisas possuem em comum e exclusivo a elas. Porém, uma vez que o significado é relacionado com o uso, essa tentativa acaba sendo frustrada, pois não é assim que se usam as palavras, na prática existem várias semelhanças diferentes entre estes casos particulares que aplicamos um mesmo termo que, não necessariamente são detectadas em cada um deles. Wittgenstein chama o laço que une coisas diferentes sobre um mesmo termo semelhança de família, e essa é a chave para entender uma das grandes confusões filosóficas geradas a partir do uso equivocado da linguagem.

A semelhança de família é exemplificada várias vezes na obra do filósofo, nas *Investigações Filosóficas*, por exemplo, o autor chama nossa atenção para definição das atividades que damos o nome de jogo. Ao procurar algo comum entre todos os jogos, pouco a pouco percebe-se que não há uma única característica que una todos os jogos. Jogos de tabuleiro e jogos de carta se parecem, mas pouco têm a ver com esportes jogados em quadras, que por sua vez também não parecem ter muito a ver com jogos eletrônicos etc. Uma análise cuidadosa revelaria várias características em comum a alguns jogos que não existem em outros, e as similaridades que conectam alguns não conectam outros. Wittgenstein propõe que essas similaridades são como

aquelas exemplificadas por membros de uma família, características entre membros de família são compartilhadas por uns e não por outros, de forma variada. Meu cabelo se parece com o do meu pai, mas meus olhos com os da minha mãe, e talvez meu queixo com meu avô etc. Não encontramos uma única característica entre todos, e sim uma rede de várias características se entrelaçando, isso também acontece com os jogos, e com tantas outras expressões, diríamos então que jogos formam uma família.

A semelhança de família aparece como um mecanismo da visão de linguagem wittgensteiniana, um mecanismo que exhibe claramente a incompatibilidade entre nosso desejo de generalidade e o funcionamento das palavras. Pode-se resistir a essa ideia tentando propor uma definição exata de um termo, pode-se, por exemplo, decidir estabelecer uma definição precisa e limites claros à definição da palavra jogo. Mas ao fazer isso, perde-se exatamente o que dá sentido às palavras, seu uso. As práticas que estão entrelaçadas com o uso da linguagem não possuem limites claros, a definição rígida proposta apenas não coincidirá com a realidade. Ou, caso esteja de acordo com a realidade, o que terá dado significado à palavra não seria a definição proposta, e sim sua correspondência com o uso. A semelhança de família, portanto, é uma maneira de escapar de uma das confusões filosóficas que nos levam à tendência por generalidade, que nos atrapalha a ver a linguagem como ela realmente é.

A outra fonte desse desejo de generalidade que pretendo expor, é a preocupação com o método da ciência. Wittgenstein descreve essa questão como a tentativa de aplicar os mesmos tipos de explicações e métodos usados nas ciências naturais e exatas para questões que não se adequam a essas áreas de estudo. A tentativa de reduzir os fenômenos aos esquemas mais gerais, com menor número de axiomas, e que se aplique a uma quantidade maior de casos, não nos ajuda a esclarecer questões no âmbito filosófico. "Os filósofos têm sempre presente o método da ciência e são irresistivelmente tentados a levantar e responder questões do mesmo modo que a ciência. Esta tendência é a verdadeira fonte da metafísica, e leva o filósofo à total obscuridade." (WITTGENSTEIN, 2016, Ts-309,28, tradução nossa) Wittgenstein propõe, portanto, que essa tentativa de construir teorias altamente generalizadas apenas nos conduzem a diversas explicações obscuras de questões filosóficas. Podemos ver claramente essa preocupação com o método científico aplicado para questões filosóficas claramente ao pensarmos em um dos argumentos centrais a favor

do nominalismo, que é justamente o argumento de que entre duas teorias com o mesmo poder explicativo, deve-se escolher a teoria que possua maior simplicidade teórica. Abordarei esse assunto mais à frente, ao retomar as teorias dos universais com a perspectiva da linguagem como uso.

Outro ponto importante de abordar é o de que pode parecer que haja uma circularidade na teoria da linguagem como uso. Pode parecer, à primeira vista, que ao falar dos jogos de linguagem, e da semelhança de família, estaríamos caindo no mesmo desejo de generalidade criticado pela visão do autor. Criticamos a concordância de atributos, apenas para postular a semelhança de família em seu lugar, mas ainda que sejam conceitos diferentes, não estaríamos sendo menos generalistas em nossa teoria. Ou, ao propor que as palavras têm seu significado no uso, ainda estamos relacionando de maneira referencialista as palavras a algo, dizemos que as palavras não têm significado exato, apenas para dizer que seu significado é exatamente atrelado ao uso. Porém, eu diria que essa questão é puramente uma ilusão de contradição, que acontece por alguns motivos. Primeiramente, a forma da exposição de Wittgenstein é restrita, por um lado, pelo próprio assunto e, por outro, pela própria linguagem. Também devo dizer que, neste trabalho, minha exposição não faz jus à proposta wittgensteiniana de linguagem, visto que procuro, a fim de me fazer compreender em relativamente poucas palavras, traçar generalizações didáticas, por assim dizer. O que me restringe a um modo de escrever um tanto contrário à própria concepção do autor.

Com efeito, me parece que poderíamos acusar o autor de cometer justamente aquilo que ele critica, quando diz que:

Se, por exemplo, alguém tenta explicar o conceito de número e nos diz que uma ou outra definição não basta ou é grosseira porque apenas se aplica, por exemplo, a números finitos, eu devo responder que o mero fato de ele ter sido capaz de apresentar uma definição limitada torna esta definição extremamente importante para nós. ((WITTGENSTEIN, 2016, Ts-309,31, tradução nossa)

Essa citação oferece justamente uma fuga às generalizações que o autor critica na filosofia. A atenção ao caso particular, ou seja, aos exemplos, é justamente o que o autor tenta propor, como alternativa à generalização, para lidar com conceitos. Ao argumentar sobre os jogos de linguagem e sobre a semelhança de família, diferente da forma que venho fazendo neste trabalho, o autor provê muitos exemplos particulares do que ele está expressando com esses conceitos. E em momento algum ele tenta

argumentar que sejam conceitos absolutamente fechados, ou esgotados por ele mesmo. Wittgenstein segue sua própria concepção de linguagem em sua exposição, desde o momento inicial no *Livro Azul* em que propõe alterar a pergunta de o que vem a ser o significado para como se dá a explicação de um significado, até seu texto nas *Investigações Filosóficas*, onde admite desde o prefácio que sua escrita é um conjunto de anotações filosóficas, que vão em muitas direções, saltam de um assunto a outro e repete passos. O próprio filósofo diz que “[...] isto coincidia na verdade com a natureza da própria investigação. Esta, com efeito, obriga-nos a explorar um vasto domínio do pensamento em todas as direções.” (WITTGENSTEIN, 1999, p.25).

Ao aprofundar a teoria do significado atrelado ao uso, fica cada vez mais clara uma incompatibilidade com as teorias metafísicas discutidas no primeiro capítulo. Uma vez que, no primeiro capítulo, ao lidar com as principais questões do problema dos universais, cada teoria exposta procura formular uma resposta ao problema, postulando categorias e dispositivos teóricos que lidavam diretamente com a questão. Por outro lado, a teoria da linguagem de Wittgenstein não parece tentar responder diretamente o problema dos universais e suas questões, contudo, ao tratar do problema do significado das palavras, há uma intersecção temática que surge inevitavelmente. Minha tese é que a própria formulação e as respostas investigadas ao problema dos universais adotam uma visão referencialista da linguagem, que, se substituída pela tese do significado como uso, torna inviável a formulação do problema dos universais na forma que venho tratando até então. Pretendo defender essa afirmação a fundo no próximo capítulo desta dissertação, antes disso, quero tratar da tentativa de ler o conceito de semelhança de família como resposta ao problema dos universais.

“[...] Wittgenstein resolveu o problema dos universais, estou afirmando que as ideias dele podem ser parafraseadas na forma de uma teoria que pode ser formulada em termos gerais e comparada com as teorias tradicionais [...]”(BAMBROUGH, 1960-61, p.212, tradução nossa) Essa passagem não deixa dúvidas sobre a intenção da caracterização das ideias de Wittgenstein feita pelo filósofo britânico Renford Bambrough. A proposta dele é que a semelhança de família oferece uma justificativa para a aplicação correta de um termo a um objeto. A leitura de Bambrough procura estabelecer que ao se deparar com a concordância de atributos, utilizando a

semelhança de família para argumentar que não há uma característica única que justificaria a aplicação correta de um termo a todos os casos particulares, a conclusão é que o que todos os casos particulares possuem em comum é que eles **são** casos particulares do termo.

“É tido como óbvio por tanto o nominalista quanto o realista que não pode haver justificação objetiva para a aplicação de um termo geral às suas instâncias a não ser que suas instâncias tenham algo em comum acima e além do fato deles possuírem em comum que são instâncias do termo geral.”(BAMBROUGH, 1960-61, p.217, tradução nossa).

Em outras palavras, o filósofo defende que o que todos os jogos possuem em comum é que todos são jogos.

Essa proposta parece similar àquela feita pelo nominalista austero quanto a aplicação de termos gerais a particulares concretos, visto que que ele defendia a noção de que predicados podem ser utilizados corretamente pois as coisas no mundo são como são. A ideia é tomar que as coisas são de uma ou outra forma como um fato simples que não necessita explicações adicionais. “[...] para qualquer predicado, ‘F’, todo F possui “ser F” em comum e nada mais. [...] Uma verdade simples, sim, porém profundamente inútil além disso [...]” (GRIFFIN, 1974, p.641, tradução nossa). A crítica exposta nessa passagem parece ser aplicável tanto à ideia de Bambrough quanto à noção do nominalismo austero. Esse tipo de crítica aponta justamente a falta de poder explicativo da teoria, explicitando um problema de circularidade na explicação, afinal a explicação da aplicação de um termo nesse caso está referenciando a própria aplicação do termo. O diferencial de Bambrough seria o uso da semelhança de família como um passo anterior para se chegar nessa resposta, apesar disso, o poder explicativo da teoria não parece mudar.

Há dois aspectos sobre a proposta de interpretação de Bambrough que pretendo tratar, o primeiro é que aplicar o conceito de semelhança de família como se fosse um mecanismo para justificar sempre o uso de um termo geral pode gerar diversas armadilhas, o segundo é que Wittgenstein não parece defender esse tipo de empreitada. Quanto ao primeiro aspecto, o conceito de semelhança de família, se tomado por si só como mecanismo para explicar a aplicação correta de todos os

termos, abriria possibilidade para postular uma teoria essencialista, que toma a disjunção de todas as possíveis características das instâncias de um termo geral como a justificativa para sua aplicação correta desse termo. “Se nós escolhermos os elementos da disjunção corretamente, logicamente temos a certeza de obter uma explicação essencialista de qualquer predicado.” (GRIFFIN, 1974, p.648, tradução nossa). Em segundo lugar, esse tipo de aplicação de semelhança de família não parece ir de encontro com as outras ideias sobre linguagem expostas por Wittgenstein. “Se você deseja apresentar uma definição de “querendo”, desenhar um limite nítido, você é livre para fazer isso; e esse limite nunca vai completamente coincidir com o uso real, pois o uso não possuem limites nítidos.”(WITTGENSTEIN, 2016, Ts-309,30, tradução nossa) Esse apelo de Wittgenstein resiste à tentativa de formulações teóricas axiomáticas aos moldes das teorias metafísicas que venho tratando. Ao ressaltar a linguagem como uso, as tentativas de fixar um ou outro jeito final de tratar problemas como o do significado já estão indo contra a natureza contextualista e focada em exemplos particulares das ideias do filósofo. Vale dizer, que nada disso deve ser tomado como uma defesa de adotar a visão do autor acima de outras visões, apenas procurei mostrar a incompatibilidade entre as duas, o fato de que ao tentar adequar a semelhança de família à uma teoria dos universais, estamos inevitavelmente nos distanciando da teoria da linguagem como uso.

Portanto, tomar os conceitos que venho tratando neste capítulo mesmo sentido que as teorias metafísicas tratadas no capítulo anterior seria incompatível com a teoria do significado atrelado ao uso, defendido por meio dos jogos de linguagem e da semelhança de família. O conceito de semelhança de família tomado isoladamente e utilizado como resposta a teoria dos universais, passa a ter a necessidade de se adequar a uma forma de entendimento da linguagem mais distante da visão que emerge ao analisar os jogos de linguagem. Tomando a forma de escrita, e o apelo contra o desejo de generalidade do autor, me parece que essa empreitada, de formular uma teoria que responde ao problema dos universais por via de uma teoria metafísica, vai contra as ideias do filósofo que venho expondo neste capítulo. Dessa forma, o caminho que me parece mais apropriado é o de utilizar a noção da linguagem como uso para analisar o pressuposto referencialista da linguagem presente no problema dos universais.

3. CONSEQUÊNCIAS DO MODELO LINGÜÍSTICO DE WITTGENSTEIN PARA O PROBLEMA DOS UNIVERSAIS

O fenômeno da similaridade ou concordância de atributos faz surgir o debate entre realistas e nominalistas. Realistas dizem que onde objetos são semelhantes ou concordam em atributo há um único algo que eles compartilham ou têm em comum, nominalistas negam isso. (LOUX, 2006, p.17. tradução nossa)

Caso eu tenha sido bem sucedido em minha exposição, essa caracterização do problema dos universais de Michael Loux, que adotei ao longo deste trabalho, não deve mais parecer completa. O simples fenômeno da concordância de atributos não é o que faz surgir o debate acerca dos universais, e suas respectivas teorias, ao invés disso, o que dá origem a este debate é um mal entendido do funcionamento da linguagem. A concordância de atributos apenas é um problema metafísico quando não se entende a linguagem como entrelaçada essencialmente com as práticas humanas que está inserida, e acaba fazendo a confusão de tomar um termo como algo que deve se referir a uma coisa. Esse mal entendido é o que leva o realista a postular universais, uma vez que encontra palavras que não parecem obedecer a essa intuição de ligar cada palavra a um objeto, como se todas as palavras fossem substantivos. Em seguida, o nominalista tenta reduzir a complexidade da teoria, postulando apenas particulares concretos, porém ainda tem a pretensão de afirmar que as palavras se referem diretamente a objetos, nesse caso, aos particulares concretos. Além disso, a própria intuição de postular uma teoria mais teoricamente simples, é uma ideia questionável na visão de Wittgenstein, por parecer aplicar princípios teóricos das ciências naturais à filosofia, o que resulta, segundo o filósofo, em obscuridade na empreitada filosófica.

Adotando a perspectiva do significado como uso, os problemas supostamente respondidos por estas teorias são, na verdade, não-problemas, consequentes de uma concepção confusa da linguagem. Ou, pelo menos, é o que tentarei argumentar neste capítulo. Analisemos, então, as questões levantadas como centrais ao problema dos universais, mas dessa vez com nosso olhar wittgensteiniano adquirido ao longo deste estudo.

O problema da predicação é respondido pelo realista dizendo que predicados correspondem a universais. Essa resposta é dada pois, aparentemente, frases com

sujeito e predicado não teriam significado verificável sem uma coisa que o predicado se refere. Porém, tendo em mente a linguagem como algo que apenas ganha sentido no uso prático de seus signos, esse problema não precisa existir. Quando se usa a linguagem e consegue se comunicar, o problema da predicação não existe. No exemplo da maçã citado no segundo capítulo, o universal maçã nunca entrou em questão, e não tem por que entrar. A compreensão, aprendizagem, utilização e nascimento da palavra, não dependem de se postular o significado de uma palavra como sendo um objeto a qual ela se refere.

O realista de universais, portanto, assume que, se não conseguir fazer uma palavra corresponder a uma coisa, essa palavra não terá seu significado garantido. Porém essa pressuposição é justamente o problema. Ao estudar os jogos de linguagem percebemos que enquanto utilizadas na prática, as palavras apenas cumprem seu papel estando a serviço das práticas dos usuários de linguagem. Além disso, Wittgenstein propõe que o estudo da função de palavras que parecem especialmente problemáticas de se relacionar com objetos, nos livra dessa tentação. No *Livro Azul*, o filósofo fala, por exemplo, sobre a palavra tempo:

Esse tipo de erro ocorre de novo e de novo na filosofia, quando, por exemplo, ficamos encabulados com a natureza do tempo; quando o tempo parece algo estranho para nós. Somos fortemente tentados a pensar que há algo escondido nesse caso, algo que conseguimos ver por fora, mas que não conseguimos penetrar. Porém, nada do tipo é o caso. O que queremos saber sobre o tempo não são novos fatos. Todos os fatos que nos importam estão dispostos perante nós. Mas é o uso do substantivo “tempo” que causa a mistificação. Se nós prestarmos atenção à gramática dessa palavra, deveríamos achar que não é menos surpreendente que a humanidade tenha concebido uma divindade do tempo, do que seria conceber uma divindade da negação ou da disjunção. (WITTGENSTEIN, 2016, Ts-309,9, tradução nossa)

O exemplo nessa citação não poderia ser mais claro, a palavra “tempo” cumpre vários papéis na nossa linguagem, nenhum deles é um mistério. Mas pelo fato de não conseguirmos apontar para um objeto que dê significado à palavra “tempo”, pensamos que não sabemos então a natureza do tempo, ou sua essência, ou seu significado real. Porém, como o filósofo diz, ao analisar a função cumprida por essa palavra, parece estranho supor que estamos diante de um mistério. Um exemplo como esse é justamente algo que daria origem a um universal, assumimos que cada palavra dá nome a um objeto, aceitamos esse fato ao falar de particulares concretos, porém, quando nos deparamos com palavras que não correspondem facilmente a um objeto,

postulamos os universais, dessa forma mantemos a visão de significado das palavras que declara cada palavra como nome.

Acredito que isso fica ainda mais claro quando o realista começa a postular tipos diferentes de universais, como procurei demonstrar no primeiro capítulo desta dissertação. Os universais poliádicos, por exemplo, aparecem quando se tem uma relação entre dois particulares ou dois universais diferentes. Ou seja, até expressões linguísticas como “ao lado de” são tomadas como nomes de objetos, e postulamos uma classe de universais para as quais essas expressões seriam os nomes. Ora, a expressão “ao lado de” se explica claramente com sua função prática, enquanto ao postular universais, criamos várias complexidades e confusões, que não parecem ter nada a ver com a forma que usamos ou ensinamos essa expressão.

No mesmo sentido, parece que a referência abstrata é também fruto de um mal entendimento da linguagem. O exemplo provido da palavra “tempo” vai justamente nesse sentido. Ao tomarmos um termo abstrato como se referindo a um objeto fixo, temos diversos problemas. Porém, prestando atenção na função que a referência abstrata desempenha dentro da linguagem, esperar a correspondência com uma coisa seria estranho. Fazer referência a termos abstratos é essencial no ensino de palavras, por exemplo, e ao explicar características do uso do termo, conseguimos nos comunicar melhor e realizar melhor nossas práticas. Precisamos da palavra “tempo”, por exemplo, para regular o horário das aulas de uma universidade, o horário de funcionamento de uma lanchonete, ou o passar dos dias que caracteriza mudanças climáticas que influenciam nossas vidas. Para nenhuma dessas práticas o tempo precisa ser uma coisa.

A explicação da predicação do nominalista austero, apesar de não postular universais, ainda assume que cada palavra é um nome, com efeito, o próprio termo “nominalismo” indica isso. E como venho argumentando insistentemente, essa visão que liga significado de palavras a objetos não é apropriada, considerando a análise da linguagem wittgensteiniana. O nominalismo de tropos também comete o mesmo erro, apenas postula um tipo diferente de coisa para qual as palavras se referem. E justamente pensando nesses dois tipos de nominalismo me parece interessante retomar o argumento contra o desejo de generalidade provido por Wittgenstein, visto

que um grande argumento a favor do nominalismo austero é sua postulação de classes menos classes ontológicas, e um argumento em favor do nominalismo de tropos é a utilização da teoria de conjuntos, da lógica. Ora, se preocupar com o quão simples uma teoria é enquanto ainda generalizante, para Wittgenstein, não nos levaria a formulações mais verdadeiras.

A ideia de que para chegar a definição clara do significado de um termo geral é necessário encontrar o elemento comum presente em todas as suas aplicações, aprisionou investigações filosóficas; pois não apenas não produziu resultados, mas também fez os filósofos descartarem como irrelevantes casos concretos, que poderiam ter ajudado no entendimento do uso de um termo geral. Quando Sócrates pergunta, “o que é o conhecimento?” Ele nem mesmo considera uma resposta preliminar a exemplos de casos de conhecimento. (WITTGENSTEIN, 2016, Ts-309,30, tradução nossa)

As teorias nominalistas, portanto, estão comprometidas com a generalização, e para isso introduzem dispositivos teóricos onde estes não cabem. Isso é ainda mais claro no caso da teoria de tropos, que pega emprestado da lógica a teoria de conjuntos. Wittgenstein defende que esse tipo de empreitada desvia a investigação filosófica, uma vez que o autor sustenta que a análise de casos particulares seria o melhor caminho para procurar lidar com questões do significado. Portanto, o fato de a lógica possuir regras mais bem definidas não é um problema, contudo, achar que a lógica deveria interferir com uma teoria de significação das palavras, seria um grande mal entendido. No caso do nominalista de tropos, esse empréstimo é especialmente estranho enquanto se mantém uma visão de linguagem que procura um objeto para cada nome, pois poderíamos perguntar, em seguida, a qual conjunto de tropos semelhantes o conceito de “tropo” pertence, e teríamos um regresso infinito. O mesmo poderíamos dizer da noção de conjunto etc.

O nominalismo metalinguístico, por outro lado, parece ser um ponto um tanto fora da curva, uma vez que postula que palavras têm seu significado por conta de outras palavras. Nesse caso eu diria que o mal entendido é justamente sobre a origem da linguagem, sua ligação com as práticas. Se as palavras têm significado por conta de outras palavras, estamos supondo uma linguagem independente de tudo, inclusive do mundo e dos usuários da linguagem. Mas se adotarmos a visão dos jogos de linguagem, por exemplo, torna-se impossível imaginar como símbolos teriam sentido fora de práticas, não parece que a linguagem possa ter nascido do nada de alguma forma, e uma linguagem nascida das práticas, não pode ser independente destas.

Dessa forma, me parece que não há espaço para as teorias dos universais expostas ao tentar responder o problema da predicação e da referência abstrata. Uma vez que estes problemas são sustentados por uma concepção referencialista da linguagem, ou seja, uma visão que pressupõe a ligação de palavras com objetos para que haja significado. Adotando, porém, a visão de linguagem como uso de Wittgenstein, podemos analisar as palavras e termos pela função que estes desempenham em nossas práticas, de forma que a necessidade de apontar para uma coisa como sendo o significado de uma palavra perde sentido.

Ainda resta, contudo, abordar a questão da concordância de atributos, visto que, apesar de não ser a causa do debate dos universais, eu diria que ela faz parte da confusão linguística que causa este debate. A concordância de atributos não é negada por Wittgenstein, como abordado no segundo capítulo, o autor inclusive reconhece justamente a vontade de descrever a essência de um termo geral. Porém, ao analisar a aplicação de um termo geral a várias coisas, a semelhança de família indica o que está de fato acontecendo. No segundo capítulo, utilizei o famoso exemplo da palavra “jogo”, no qual ao tentar definir a essência, ou seja, algo que todos os jogos têm em comum que daria justificativa para aplicação do termo, encontramos antes várias características em comum a alguns jogos e não a outros, uma rede de características entrelaçadas entre diferentes membros do que poderíamos chamar de uma família. Para retomar esse ponto, usarei outro exemplo, dessa vez do *Livro Azul*:

O que acontece se entre 4 e 4.30, A espera B em seu quarto? Em um sentido em que a frase “esperar algo entre 4 e 4.30” é usada, ela certamente não se refere ao processo ou estado mental que se passa ao longo deste intervalo, mas sim a um grande número de atividades diversas e estados mentais. Se, por exemplo, eu espero B para tomar chá, pode ser que o que aconteça seja isso: Às quatro em ponto eu olho para minha agenda e vejo o nome “B” próximo da data de hoje; preparo chá para dois, penso por um momento “será que B fuma?” E coloco cigarros a vista; próximo de 4.30 começo a ficar impaciente; imagino como “B” visualmente vai estar quando chegar. Tudo isso se chama “esperando B das 4 às 4.30”. E há inacabáveis variações desse processo que descrevemos pela mesma expressão. Se alguém pergunta o que há de comum entre os processos de esperar alguém para o chá, a resposta é que não há uma única característica comum a todos, apesar de haver muitas características comuns se sobrepondo. Esses casos de expectativa formam uma família; eles possuem semelhança de família que não é claramente definida. (WITTGENSTEIN, 2016, Ts-309,31, tradução nossa).

Neste exemplo, o filósofo descreve um caso particular do que se possa querer dizer quando se usa a expressão “expectativa”. Ele descreve um exemplo do que alguém poderia corretamente estar se referindo ao usar essas palavras. Porém o argumento

que se segue é que seria facilmente possível formular uma quantidade de exemplos diversos, nos quais o emprego do termo “expectativa” seria, também, justificado. Talvez até exemplos que não possuem nada em comum com o exemplo provido. Então diríamos acertadamente que os casos em que se usa esse termo corretamente, formam uma família. Pois todos eles possuem certas semelhanças, que nem sempre são as mesmas, porém se conectam entre si. Podemos adotar essa visão, ao invés de postular um universal, por exemplo, que dê sentido à palavra “expectativa”, nossa vantagem nesse caso seria justamente de fazer jus à perspectiva da linguagem como uso. Ao falarmos da semelhança de família, estamos de acordo com a linguagem orientada pelos seus propósitos práticos, uma linguagem que não necessariamente possui sempre definições exatas e precisas, e quando as possui, não é isso que dá sentido a ela.

A percepção da concordância de atributos é, portanto, inegável. Porém, a forma de justificar essa percepção proposta pela teoria realista de universais possui uma tentativa de procurar uma essência que não condiz com o uso das palavras. Enquanto a teoria nominalista, quando propõe uma resposta, tenta dizer dos tropos semelhantes, que apesar de talvez um pouco menos generalista do que a teoria dos universais, ainda procura uma essencialização por meio da teoria dos tropos.

Ao analisar os jogos de linguagem, entendemos que as palavras surgem para servirem propósitos práticos dos usuários de linguagem. Nessa perspectiva, por que palavras que nascem dessa forma teriam que corresponder à universais ou particulares concretos? Se universais existem, a significação das palavras não deve ser tomada como argumento para formular uma prova de sua existência. Tão pouco a percepção da concordância de atributos deveria ser tomada como um fenômeno que exige as formulações apresentadas acerca dos universais.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho procurei demonstrar algumas consequências para o problema dos universais derivadas da troca na maneira de entender a linguagem, passando de uma perspectiva referencialista, para uma perspectiva de linguagem atrelada ao uso. Ao introduzir o problema dos universais, foi dito sobre como a percepção de concordância de atributos gera o debate entre realistas e nominalistas. Ou seja, ao perceber que usamos uma mesma palavra para várias coisas diferentes, como a palavra “azul” se aplica a diversos objetos distintos, nos perguntamos como podemos explicar este fato. Por um lado, entendemos que há coisas particulares, separadas umas das outras e individuais, por outro, parece que há coisas que não seguem esse mesmo padrão. Mas qual é a realidade dessas coisas? Há apenas um azul? Há vários azuis, e qual é a relação entre eles?

Vimos em seguida, como o realista procura explicar essa percepção postulando universais, que são entidades às quais essas palavras gerais nomeiam. Dessa forma, diz-se que há um tipo de coisa no mundo que pode ser exemplificado ou instanciado por várias outras coisas simultaneamente e separadamente. Ou seja, quando percebemos que várias coisas são azuis, diríamos que todas são instâncias que exemplificam o universal azul. Consequentemente, o problema da predicação e da referência abstrata, que são problemas semânticos sobre o significado das palavras, pode ser entendido à luz dos universais, uma vez que os termos abstratos, justamente como o termo “azul”, possuem significados pois se referem a universais. De forma parecida, a predicação, quando diz de um termo abstrato ou de uma relação, também se refere a um universal.

Por outro lado, o nominalista austero procura eliminar os universais de sua teoria ontológica, enquanto ainda fornece uma explicação aos problemas da predicação e referência abstrata. O nominalista austero diz que a concordância de atributos é um fato que não necessita de explicação, devendo ser tomado apenas como um fato fundamental básico, irreduzível da natureza. Enquanto procura explicar a referência de termos abstratos como sendo sempre referências a particulares concretos. Para tal, é oferecida uma reformulação mais precisa de frases que envolvem termos gerais, por exemplo, ao falar que “Coragem é uma virtude”, poderíamos reformular a frase como

“Indivíduos corajosos são virtuosos”. Segundo o nominalista austero, portanto, há ainda uma correspondência entre palavras e coisas, porém, essas coisas são, em última instância, particulares concretos. Há ainda outros dois tipos de nominalismos comentados neste trabalho, o nominalismo metalinguístico e o nominalismo de tropos. O metalinguístico procura dizer que o significado de termos abstratos é sempre linguístico. Ou seja, ao invés de haver uma correspondência com um objeto no mundo, temos uma teoria que descarta essa correspondência em nome de uma linguagem auto-suficiente, que se refere a si própria e suas funções gramaticais. O nominalismo de tropos, por outro lado, procura um nominalismo que forneça condições de explicação próximas as da teoria realista, porém sem postular universais. Isso é feito por meio da teoria de tropos, que se apoia na teoria de conjuntos na lógica. Portanto, diz-se que termos gerais se referem a algo único sempre, porém esse algo é semelhante a outras coisas individuais que fazem parte de um conjunto de tropos semelhantes. Ou seja, ao falar do termo “azul”, diríamos que esse termo se refere a um tropo que pertence a um grupo que é composto por todos os tropos semelhantes a ele.

Ao analisar todas essas respostas, percebemos algo interessante: todas assumem que devem estabelecer a existência de uma coisa para cada palavra, como se todas as palavras da linguagem devessem seu significado à existência de uma coisa à qual elas se referem. Isso é postulado até mesmo na caracterização do problema, a concordância de atributos parece ser algo difícil de explicar, pois usamos um termo geral para várias coisas, enquanto não conseguimos apontar facilmente para algo que seja a coisa para qual esse termo faz referência. Esse pressuposto, porém, parece ser um mal entendido do funcionamento das palavras, segundo uma visão wittgensteiniana da linguagem, as palavras não correspondem cada uma exata e perfeitamente a uma coisa no mundo. Ao invés disso, as palavras possuem funções que apenas podem ser entendidas dentro das práticas de seus usuários. Ou seja, problemas como a referência abstrata apenas são problemas até percebermos que termos abstratos são utilizados o tempo todo, e são perfeitamente entendidos e ensinados por todos que utilizam os termos. Porque precisamos estabelecer então uma correspondência entre um termo abstrato e um objeto? Não precisamos. Ao analisar o uso e as práticas, essas confusões filosóficas sobre o significado das palavras deixam de existir.

Acredito ter demonstrado que o problema dos universais, segundo a visão de linguagem de Wittgenstein, pode ser considerado um problema mal formulado, que apenas existe apoiado em uma visão de linguagem que não corresponde com a realidade. Dessa forma, acredito que não seria apropriado dizer que a teoria de linguagem atrelada ao uso oferece uma resposta ao problema dos universais, porém, é perfeitamente apropriado dizer que, adotando a teoria do significado atrelado ao uso, o problema dos universais não é um problema, pois se baseia em pressupostos linguísticos inapropriados.

Por fim, após a jornada filosófica detalhada neste trabalho, restam incontáveis questões. Acredito que o achado aqui serve como um teste de um caso específico dos desdobramentos da teoria da linguagem atrelada ao uso. Porém, muitas dúvidas restam, a primeira é sobre outras consequências dessa teoria, há algum problema metafísico que possa ser formulado após essa mudança na visão da linguagem? Caso não reste, quais são as consequências de abandonar de vez a metafísica, especialmente para as outras disciplinas da filosofia? Como a ética, a lógica e a epistemologia seriam afetadas, tanto pela ausência de uma metafísica aos moldes mais comuns na história da filosofia, quanto por essa visão de linguagem de Wittgenstein? Por outro lado, quão sólida são as ideias propostas pelo filósofo? Como poderíamos formular argumentos a favor ou contra, por meios filosóficos ou científicos, de forma ainda sem violar a própria maneira com a qual a linguagem é compreendida? Em outras palavras, qual critério pode ser adotado para lidar com essa proposta filosófica a fim de colocá-la a teste, antes de simplesmente aceitá-la? Como fica o problema da verdade uma vez que entendemos que as palavras devem seu significado ao jogo de linguagem que estão inseridas em determinado momento? Adotando a perspectiva de Wittgenstein, cairemos em um relativismo? Neste trabalho abordei uma parte extremamente restrita dos pensamentos do autor, ao analisar de forma mais completa sua obra, encontraria argumentos suficientes para aceitar sua filosofia? Achados da psicologia e da biologia podem contribuir para esse entendimento, ou seriam incompatíveis com a filosofia wittgensteiniana? Podemos compreender os jogos de linguagem melhor ou mais profundamente caso tenhamos um entendimento melhor do desenvolvimento da linguagem na espécie humana à luz de uma teoria científica? Visto o escopo deste trabalho, não explorei a fundo o alcance e os efeitos da teoria do significado como uso dentro das obras de Wittgenstein, portanto parece essencial

investir em, primeiramente, explorar melhor as ideias do autor, a fim de informar as próprias perguntas e respostas a serem formuladas em seguida.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

LOUX, Michael. **Metaphysics**: A contemporary introduction. Third Edition, Loyola University of Chicago, 2006.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. Tradução: José Carlos Bruni. São Paulo, 1999.

TOMASELLO, Michael. **Origins of Human Communication**. Massachusetts Institute of Technology, 2008.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Blue Book**. Wittgenstein Archives at the University of Bergen, 2016.

GRIFFIN, Nicholas. **Wittgenstein, Universals and Family Resemblances**. Australian National University, 1972. Published by: Canadian Journal of Philosophy, Vol. 3, No. 4, 1974.

BAMBROUGH, Renford. **Universals and Family Resemblances**. Aristotelian Society at 21, Bedford Square, London, W.C.1, 1961. Proceedings of the Aristotelian Society, New Series, Vol. 61, 1960 - 1961.

DONAGAN, Alan. **Universals and Metaphysical Realism**. The Monist, Volume 47, issue 2, 1963.

PLATO. **Parmenides**. Plato in Twelve Volumes, Vol. 9 translated by Harold N. Fowler. Cambridge, MA, Harvard University Press; London, William Heinemann Ltd. 1925.

QUINE, W, V. **From a Logical Point of View**. Cambridge: Harvard University Press, 1963.

SELLARS, W. **Science, Perception and Reality**. Ridgeview Publishing Company, Atascadero, California, 1991.